

João Goulart

Sessão Solene do Congresso Nacional
Devolução Simbólica do Mandato Presidencial
18/12/2013



João Goulart

**Sessão Solene do Congresso Nacional
Devolução Simbólica do Mandato Presidencial**

18/12/2013



Apresentação

O Congresso Nacional — com as suas duas Casas, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados — está na raiz da constituição e afirmação da nação brasileira. E esse truísmo não comporta questionamentos — é reafirmado pela história e praticamente por todos aqueles que estudam a trajetória das nossas instituições e do nosso povo.

São quase 200 anos de uma instituição debruçada sobre os problemas nacionais, com erros e acertos, mas sempre como protagonista e fonte de geração de ideias, projetos, leis e normas e de articulação dos consensos possíveis.

Reflexo de maiorias e hegemonias, ao longo do tempo o Congresso conviveu com profundas crises políticas e sociais e, como não poderia ser de outra maneira, deliberou com base nos cenários então existentes. As decisões mais pálidas e até equivocadas quase sempre se materializaram em momentos em que a democracia estava asfíxiada por regimes de exceção.

Não podemos retroceder no tempo. Porém, temos consciência de que a versão de vitoriosos de momento não se confunde com a história. A versão calcada na mentira é efêmera e inconsistente. Já a verdade é eterna e sólida.

Foi o compromisso com o resgate da verdade que levou a Casa, por exemplo, a revogar recentemente decisão da Mesa do Senado de 9 de janeiro de 1948, que arbitrariamente havia cassado o mandato de Luís Carlos Prestes e do suplente dele, Abel Chermont.

Na mesma linha, foi com essa mesma compreensão e emoção que o Congresso Nacional anulou a sessão do dia 1º de abril — madrugada do dia 1º para 2 de abril — de 1964, quando foi declarado vago o cargo de presidente

da República, estando João Goulart em solo brasileiro e resistindo ao golpe militar que daria início de uma ditadura que asfixiou a democracia do país por vários anos.

Como afirmamos em discurso no dia 21 de novembro de 2013, “anular aquela sessão sem apagá-la da memória é reconhecer que João Goulart foi deposto, é afirmar que ele foi vítima do autoritarismo, da ilegalidade”. Igualmente, a anulação é uma desculpa pública e histórica que o Congresso Nacional devia ao país e aos seus cidadãos, à memória do presidente João Goulart e à família dele.

Não poderia deixar de parabenizar os senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Simon, autores do projeto de resolução que nos deu a oportunidade de reparar um grave erro político do passado.

A presente edição contém, além de fotos da solenidade, todos os encaminhamentos e discursos feitos na sessão de 21 de novembro, da qual participaram ainda o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves; a presidente da República, Dilma Rousseff; o vice-presidente da República, Michel Temer; e outras autoridades. A edição também ficará disponível no formato digital no Portal do Senado e poderá ser acessada por qualquer pessoa no Brasil ou no exterior.

Uma pequena contribuição do Senado Federal para que a verdade histórica seja perpetuada. Em qualquer circunstância, ao final, ela sempre triunfa.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Índice

SESSÃO SOLENE

Início da sessão	9
Minuto de silêncio	9
Discurso do senador Pedro Simon.....	10
Discurso do senador Randolfe Rodrigues	28
Discurso do presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves	45
Apresentação de vídeo-documentário.....	48
Anúncio da Resolução nº 4 de 2013 do CN	48
Entrega do diploma simbólico de presidente	49
Hino Nacional com Fafá de Belém.....	49
Discurso do sr. João Vicente Goulart.....	50
Discurso do presidente do Senado Federal, Renan Calheiros	53

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente

Deputado Andre Vargas (PT/PR)

2º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

1º Secretário

Deputado Marcio Bittar (PSDB/AC)

2ª Secretária

Senadora Angela Portela (PT/RR)

3º Secretário

Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

4º Secretário

Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente

Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente

Jorge Viana (PT/AC)

2º Vice-Presidente

Romero Jucá (PMDB/RR)

1º Secretário

Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

2ª Secretária

Angela Portela (PT/RR)

3º Secretário

Ciro Nogueira (PP/PI)

4º Secretário

João Vicente Claudino (PTB/PI)

Suplentes de Secretário

1º - Magno Malta (PR/ES)

2º - Jayme Campos (DEM/MT)

3º - João Durval (PDT/BA)

4º - Casildo Maldaner (PMDB/SC)

Secretária-geral da Mesa

Claudia Lyra

Diretor-geral do Senado

Helder Rebouças

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Presidente

Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)

1º Vice-Presidente

Andre Vargas (PT/PR)

2º Vice-Presidente

Fábio Faria (PSD/RN)

1º Secretário

Marcio Bittar (PSDB/AC)

2º Secretário

Simão Sessim (PP/RJ)

3º Secretário

Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

4º Secretário

Biffi (PT/MS)

Suplentes de Secretário

1º - Gonzaga Patriota (PSB/PE)

2º - Wolney Queiroz (PDT/PE)

3º - Vitor Penido (DEM/MG)

4º - Takayama (PSC/PR)

Secretário-geral da Mesa

Mozart Vianna de Paiva

Diretor-geral da Câmara dos Deputados

Sérgio Sampaio de Almeida



João Goulart

Sessão Solene do Congresso Nacional

Devolução Simbólica do Mandato Presidencial

18/12/2013



Integrantes da Mesa acompanham exibição de documentário da TV Senado sobre João Goulart

Início da Sessão Solene

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL)
- Declaro aberta a Sessão Solene do Congresso Nacional destinada à devolução simbólica do mandato presidencial ao Sr. João Goulart, em cumprimento à Resolução do Congresso Nacional nº 4, de 2013.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Eu tenho a satisfação de convidar Fafá de Belém para compor a Mesa.

Já compõem a Mesa a Exma. Sra. Presidenta da República, Dilma Rousseff; o Exmo. Sr. Vice-Presidente da República, Michel Temer; o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves; o Sr. João Vicente Goulart, filho de João Goulart; o Sr. Senador Pedro Simon, primeiro signatário da Resolução do Congresso Nacional nº 4, de 2013; o Sr. Senador Randolfé Rodrigues, signatário da Resolução do Congresso Nacional nº 4, de 2013; o Sr. Deputado Federal Alessandro Molon; e convidamos, com muita satisfação, Fafá de Belém.

Minuto de Silêncio

Antes de prosseguirmos a presente Sessão Solene do Congresso Nacional, é com pesar que esta Presidência comunica o falecimento, nesta data, do Senador João Ribeiro, representante do Estado do Tocantins, pela bancada do Partido da República.

Além de atuante na defesa de seu Estado, João Ribeiro era uma pessoa afável, de fácil convívio entre os seus pares. Dessa forma, o Estado do Tocantins e o País perdem um valoroso Senador e, nós, um bom amigo.

Determino que a Bandeira Nacional, à frente do Senado Federal e do Congresso Nacional, seja colocada a meia adriça em sinal de luto, e proponho que façamos, em posição de respeito, 1 minuto de silêncio em homenagem ao Senador João Ribeiro.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL)
Obrigado a todos. *(Palmas.)*



Senador PEDRO SIMON
PMDB/RS

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL)
- Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco Maioria/PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional; Exma. Sra. Dilma Rousseff, Presidenta da República Federativa do Brasil; Exmo. Sr. Michel Temer, Vice-Presidente da República; Exmo. Sr. Deputado Federal Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Senador Raulo Rodrigues, signatário da Resolução nº 4 do Congresso Nacional; prezado amigo João Vicente, filho do Presidente da República; senhora cantora de hoje e das Diretas Já, querida Fafá de Belém; minhas senhoras e meus senhores, vivemos hoje, realmente, um dia histórico e, diria, um dia inédito na história do Brasil. O Congresso Nacional já viveu grandes momentos de glória, de alegria, de vitória e momentos que preferimos até esquecer. Hoje vivemos um grande momento.

Eu diria que, nos meus oitenta e tantos anos, tenho diante de mim uma realidade: desta história que nós vamos analisar e viver aqui, eu participei de todos os seus passos; fui testemunha ocular de todos eles. Deus me permitiu assistir a isso hoje, o que eu nunca imaginei que haveria de acontecer.

Felicitó V.Exa., Sr. Presidente do Senado, pela grandeza, pelo espírito público de realizar uma reunião como esta, e cumprimento a Sra. Presidenta da República porque, realmente, desde o primeiro momento, aceitou realizá-la.

Meus filhos e meus netos, como os filhos de vocês, estudaram a His-

tória do Brasil. E a História do Brasil diz que, na madrugada do dia 1º para o dia 2 de abril de 1964, o Presidente do Senado, o Sr. Auro de Moura Andrade, determinou vaga a Presidência da República porque o Presidente da República estava em lugar incerto e não sabido fora do Brasil.

O Chefe da Casa Civil do Presidente João Goulart entregou uma carta ao Presidente: *“O Presidente da República encontra-se em Porto Alegre, na residência do Comandante do III Exército, à frente das tropas legalistas”*. O Sr. Auro de Moura Andrade não tomou conhecimento.

Deputado Federal à época, Tancredo Neves protesta aos gritos: *“Sr. Presidente, o número do telefone é este. Telefone para ele, e atenderá a casa residencial do Comandante do III Exército; e V.Exa. falará com o Presidente. Ou nos dê 3 horas e, daqui a 3 horas, o Presidente estará aqui.”*

O Sr. Auro de Moura Andrade não tomou conhecimento: decretou vaga a Presidência da República e empossou o Deputado Mazzilli; e esse Deputado Mazzilli integrou-se ao Ministério.

A história era realmente bem diferente. O Sr. Presidente da República João Goulart estava no Rio de Janeiro. Aí se toma conhecimento de que tropas militares, sob o comando de Mourão Filho, saíram de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro.

O Presidente João Goulart telefonou ao seu ex-Ministro da Guerra, então Comandante do II Exército, Amaury Krueel, e pediu-lhe que se dirigisse a Juiz de Fora para parar as tropas. E Amaury, lamentavelmente, argumentou: *“Sr. Presidente, eu, desde que saí do Ministério da Guerra, não tenho a força e a autoridade que o senhor está imaginando. Se o senhor der uma declaração, der uma nota repudiando o comunismo, dizendo dos males do comunismo e de seu Governo que é, eu saio em direção às tropas do Mourão, em Juiz de Fora.”* João Goulart após pensar e refletir, teria dito: *“Todo mundo sabe que eu não sou comunista, que o meu Governo não tem nada a ver com isso, mas não posso dar essa nota, porque essa nota será recebida perante a história como um ato de covardia.”* Na hora, para tentar se sair melhor, fez essa acusação. Krueel, então, respondeu: *“Então, eu não posso! Eu não posso ir em direção a Juiz de Fora. As tropas de São Paulo irão em direção ao Rio de Janeiro”*.

O Presidente João Goulart veio a Brasília. De Brasília, apanhou o avião e foi a Porto Alegre. Já tinha nomeado o novo Comandante do III Exército. Esse mesmo General Ladário, quando chegou a Porto Alegre, ou antes mesmo, tinha sido nomeado Ministro da Guerra.

Nesse meio tempo, nós estávamos em Porto Alegre, no aeroporto.

Membros do antigo PTB, eu, João Caruso, Siegfried Heuser, o então Deputado Leonel Brizola, estávamos todos com o General Comandante do III Exército, Ministro da Guerra, à espera do Sr. João Goulart, que tinha comunicado que chegaria a Porto Alegre. A conversa já girava em torno disto: Dr. Brizola dizendo que tinha que resistir, que tínhamos que nos reunir e partir rumo ao centro para garantir o Governo; o Comandante do III Exército, General Ladário, mostrou, desde o primeiro momento, solidariedade e fidelidade total ao Presidente da República: *“Eu estou aqui para cumprir as ordens do Presidente. Eu só tenho que dizer que agora não está acontecendo como na Legalidade”*. Naquele momento, o III Exército estava todo unido em torno da defesa do mandato. *“Agora, mesmo aqui em Porto Alegre, como lá em São Leopoldo, existem focos grandes de pessoas que não aceitam. Mas eu farei — disse o General — o que o Presidente determinar.”*

Ficamos um tempo esperando, esperando, e o Presidente chegou. Com ele, nós nos dirigimos à casa do Comandante do III Exército. Foram chegando, foram chegando, e a discussão começou. O Dr. Brizola, repito, insistindo no sentido de resistir. Pediu a Jango que designasse o General Ladário Ministro da Guerra, e ele respondeu: *“Ele já é Ministro da Guerra. Eu já o designei”*; e pediu a Jango que designasse a ele, Brizola, Ministro da Fazenda. Até hoje não respondeu. E começou o debate, a discussão: *“O que fazer? Como ir? Como avançar?”* Foi quando surgiu, no meio da discussão, em telefonemas que o Presidente Jango teve com alguém — não sei com quem, mas é quando ele veio —, o seguinte diálogo: *“O que eu supunha, o que me falavam, estou vendo que é realidade”*.

O Embaixador Lincoln Gordon relata em seu livro que a Operação Brother Sam estava em andamento e que as tropas navais, a frota naval americana já estava vindo ao Brasil com a decisão de invadir — ou melhor, não invadir; o termo era *“ajudar o Governo constituído no Brasil”* — e que, naquele momento, tinha a convicção de que aconteceria aqui uma divisão como a que aconteceu entre Coreia do Norte e Coreia do Sul e Vietnam do Norte e Vietnam do Sul.

Esse argumento foi quase que definitivo para a decisão do Presidente João Goulart. O General Ladário, insistindo na sua fidelidade, disse: *“Presidente, eu faço o que o senhor quiser, mas sou obrigado a dizer que as informações que eu tenho do III Exército e as que me vêm do centro do País são negativas”*, e o Presidente decidiu viajar para o Uruguai.

Esse foi o acontecimento, esse foi o fato enquanto aqui assumia o Presidente Mazzilli. O Presidente Mazzilli escolhia o seu Ministério. Não houve ato, não houve absolutamente nada. Como tantas vezes aconteceu no Brasil e pelo mundo, as forças militares se rebelaram, ganharam, depuseram o Presidente e assumiram.

O Presidente Mazzilli designa o seu Ministério. E dizem que o que teria causado mal-estar é que, no Ministério do Deputado Mazzilli, tinha mais gente do PSD e de outros partidos do que aqueles que estavam há muito tempo naquela caminhada, que era a própria UDN.

Dez dias, mais ou menos, depois de Mazzilli já ter consumado o ato, de estar em pleno exercício da Presidência da República, os três Ministros militares, indicados por Mazzilli, lançam um ato institucional sem número: cassações, prisões, demissões de funcionários, tudo o mais que se possa imaginar, e que nós já sabemos. Inclusive, transforma o que sobra do Congresso Nacional em colégio eleitoral para eleger o indicado por eles, o Marechal Castelo Branco.

Foi isso o que aconteceu. Essa foi a realidade na história do nosso Brasil. Não estamos aqui para analisar o futuro, nem é esse o nosso objetivo, a partir das coisas que aconteceram.

Só para lembrar: o Presidente João Goulart foi impedido de vir ao Brasil se despedir da sua mãe quando da sua morte. Essa foi a diferença, Sra. Presidente, entre a chegada em Brasília dos restos mortais do Presidente e a sua chegada em São Borja, na sua primeira vinda, quando morto na Argentina. E, já naquela ocasião, com suspeitas ditas — eu era dirigente do partido no Rio Grande do Sul — e as hipóteses sobre onde seria enterrado. “*Virá ou não virá? O que acontecerá?*” Depois de discussões, de conversas, de debates, a decisão tomada foi de que ele seria enterrado em São Borja, mas o carro entraria no Brasil pela Ponte de Uruguaiana e, de Uruguaiana, iria a São Borja sem nenhuma parada.

Àquela altura, eu diria que todo o povo daquela fronteira estava ali; eu diria que lideranças do Brasil inteiro, a começar pelo Dr. Tancredo, estavam ali; e eu diria que naquela região, meus senhores, havia praticamente 50% do Exército Brasileiro. Só em Santiago há cinco quartéis. E era a decisão: ter que vir, chegar e ser enterrado.

Para sair de Uruguaiana e chegar ao cemitério de São Borja, era necessário passar pela catedral, não havia outro caminho. À medida que o carro ia se aproximando do centro, a multidão ia se aglomerando.

Fiquei o tempo todo com o Coronel, e já senti que, embora duro, ele o teria recebido. E a ele pedindo: “*Mas, Coronel, o que nós podemos fazer? Esse povo está aí, porque está aí, não pedimos nada. E outra coisa, Coronel: repare o senhor, não há uma palavra de ordem. É ‘Jango’; é ‘viva’, cantando o Hino Nacional. Não tem absolutamente nada que se possa dizer. É o povo chorando, enterrando uma pessoa de que eles gostam*”. Pode, não pode, foi indo.

Quando chegou na catedral — a catedral estava toda fechada; eu fiquei sabendo ali —, abre-se a porta e ela estava superlotada. O povo estava lá dentro, e vieram dizer para nós que eles não deixavam enterrar Jango antes que o seu filho e a sua filha chegassem do exterior. Conversa vai, conversa vem, o Coronel concordou que isso acontecesse. Não demorou muito, chegou Denise, chegou João Vicente, a D. Maria Thereza já estava lá, a sua irmã, esposa do Dr. Brizola, também já estava lá.

Saiu o corpo, e o Coronel determina que se vá em direção ao cemitério. São 3 quilômetros, talvez menos. Mas o povo pegou o caixão, arrancou-o das mãos dos soldados, e o levou. Foram caminhando.

O Coronel: *“Não, mas a ordem que eu tenho é esta”. “Mas, Coronel, não está acontecendo nada; eles estão levando o caixão, estão caminhando e levando o caixão. Aliás, o tempo da caminhada em que eles estão é o mesmo que se fossem de carro, porque o carro ia passar por cima das pessoas”. “Mas eu tenho ordem e vou executar”. “Ora, Coronel, eu não sei quem lhe deu essa ordem. Eu só sei que, aqui, o que o senhor fizer, eu não sei o que vai acontecer. São militares, são jovens, são trabalhadores e são senhoras. E sei, Coronel, que a manchete vai sair no mundo inteiro. E, no mundo inteiro, não vai aparecer o nome de quem lhe deu a ordem. Agora, o seu nome e a sua fotografia vão sair no mundo inteiro. Eu, com toda sinceridade, acho que o senhor... Se acontecer um incidente, eu concordo com o senhor, mas, caminhando como estão caminhando, chorando, rezando e batendo palmas...”* E foi.

Chegamos à beira do túmulo, eu falei em nome do Rio Grande do Sul. Não pedi licença, nem o Coronel foi contra. Quando eu terminei de falar, o Dr. Tancredo me disse depois: *“Pelo menos, podia ter me avisado”*. Eu disse: *“Eu falei em nome do Rio Grande. Em nome do Brasil, vai falar o Dr. Tancredo Neves”*. Foi uma atitude fantástica!

Chegamos no dia em que a família solicitou interrogações, que existem, a um agente de segurança do Uruguai, que está preso no Brasil, em Porto Alegre, que disse que participou do complô para a morte do Dr. João Goulart. Em meio a essa questão, a Comissão da Verdade pede e consegue que os restos mortais viessem para cá.

Eu felicito a ilustre Sra. Presidente pela atitude adotada, a de receber o Dr. João Goulart com honras de Chefe de Estado. E assim foi a sua chegada a Brasília! E assim foi a sua chegada a São Borja!

O que estamos fazendo, aqui, neste momento? O Congresso Nacional — não digo por unanimidade, porque um Deputado votou contra, mas o restante —, por unanimidade da decisão dos partidos, decidiu baixar uma determinação dizendo que está nula a reunião realizada pelo Congresso na

madrugada do dia 1º para o dia 2. (Palmas.)

Singela presença! Duas linhas! Nos comentários não se entra em adjetivação nem em A nem em B; apenas se diz o fato que ocorreu, os argumentos e os motivos que o determinaram.

Aliás, aquela sessão foi interessante. Nem pro forma, nada foi colocado em votação. O Presidente poderia, pelo menos, dizer: “*Está em votação. Ninguém contra? Dois contra, a favor?*” Não. Ele comunicou e deu o resultado: “*Está afastado o Presidente*”.

O Congresso foi unânime, em uma sessão em que poderiam ter dito que foi assim, foi assado, alguém protestou. Pelo contrário, todos os partidos, à unanimidade, disseram que era um grande gesto, que era uma decisão realmente muito importante. Foi aprovado! Foi uma grandeza do Presidente do Senado! S.Exa., por conta própria, mas representando todos nós, determinou a realização desta reunião, na qual estamos, para que S.Exa. assinasse e determinasse que a História do Brasil tenha uma página mudada.

“*Consequências práticas?*”, perguntou-me Collor. “*Quais são as consequências práticas? Isso vai mudar a História?*” Claro que não vai! Nem nós queremos mudar. Claro que não vai mudar! Mas este fato vai mudar. Os meus bisnetos vão estudar na História o que, de fato, aconteceu, e não o que os meus filhos estudaram, que foi o que não aconteceu.

Eu vejo com muito carinho e com muito respeito esta decisão. Eu acho importante a maneira como se deu. Desde o início, desde que a Comissão da Verdade solicitou a revisão da possibilidade de algo ter acontecido, desde a decisão da Sra. Presidente de dar cunho e honras de Chefe de Estado, até a decisão do Congresso. Esta, para mim...

Perdoem-me a emoção, mas é que eu vivi todos esses momentos. Eu vivi o momento de estar no aeroporto, surpreendido com aquela decisão. Eu vi quando a gente imaginava era um grupozinho. “*Ah, aqui é Juiz de Fora. Qual é o contingente de Juiz de Fora?*” O Mourão? Este ninguém levava a sério.

Eu vivi a decisão do General Krueel, um homem de bem, respeitado, acatado e de credibilidade, amigo íntimo do Presidente. Eu vivi a decisão e o drama do Presidente, e as pessoas que estavam ao seu lado, quando disseram: “*Ele podia salvar o seu Governo*”. O General Krueel ia em direção a Juiz de Fora. Era só dizer que ele ia, e o Mourão vinha correndo para cá. Eu vi o fato na casa do Comandante: “*Vamos resistir! Vamos para a luta!*”

Nós tivemos uma vitória espetacular na Legalidade. Começou no

Rio Grande do Sul, ninguém levava a sério, e foi crescendo, e foi crescendo, e pelo rádio. Ele assumiu a Presidência. Eu vi a casa do Ministro, quando ele foi obrigado a reconhecer que a hora era diferente.

Na Legalidade, as forças da sociedade brasileira estavam uniformes. O baque que houve naquele momento foi a renúncia, até hoje inexplicável, do Sr. Jânio Quadros, mas a posse do Sr. João Goulart era aceita, por unanimidade.

João Goulart foi eleito Vice-Presidente — naquela época eram eleitos, no voto, Presidente e Vice-Presidente —, fazendo muito mais voto do que o Sr. Juscelino Kubitschek, que era seu companheiro de chapa. Cinco anos depois, ele foi eleito de novo pelo voto, mas quem ganhou para Presidente foi Jânio Quadros, seu adversário. E ele ganhou de novo. Depois, criou-se o parlamentarismo e se discutiu: “*Fica o parlamentarismo, e Jango deixa de ser presidente, parlamentarista?*” E Jango ganhou com 80%. Então, ele foi eleito praticamente três vezes Presidente da República.

Por isso, meus irmãos, a beleza deste movimento e o fato de ele acontecer justamente neste momento, em que o mundo vive a hora de Mandela.

V.Exa., Sra. Presidente, estive lá e pôde ver o que o mundo sentiu na grandeza desse homem, que eu tenho para mim uma das pessoas mais fantásticas da história. Duas pessoas que eu conheci e me tocaram para o resto da vida foram Dom Hélder Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro, que pesava uns 45 quilos e que, com aquela voz, parecia que queria mudar o mundo, e Mandela.

Eu acho o exemplo de Mandela a coisa mais fantástica que eu já vi, a grandeza dele na condução daquele povo. O natural, o normal, as mortes, a tirania, os horrores que ele sofreu, era fazer justiça, dar o troco — prisão, cadeia etc. E ele, praticamente sozinho, dizendo: “*Não, não, porque, se eu fizer isso, nós vamos fazer excesso também, e vai ser um círculo vicioso do qual nós não vamos sair. Vamos apurar, vamos apurar. O cara vai ser acusado, vai ser acusado. Vai reconhecer que errou, vai reconhecer; vai pedir desculpas.*” E terminou reunindo, no estádio, negros e brancos numa partida, abraçando-se, e deu-se essa confraternização.

Eu falo e dou esse exemplo porque, da nossa parte, é estar a par de todos. E isso que nós queremos.

Eu acho que hoje, neste momento, minha Presidente; neste momento, meu querido Presidente do meu partido, Michel Temer, nós estamos realmente olhando para frente. Nós não estamos preocupados. Não há nada aqui que queira atingir A, B, C ou D, aqueles que podem ter feito algo e

muito menos os que hoje que estão nos cargos indicados pelo próprio Governo. O que há de bom, sim, é isto: nós podermos dizer que hoje se encerrou um ciclo e hoje se inicia outro. Queira Deus que tenhamos a grandeza, o respeito e o carinho de caminharmos adiante.

A ti, meu querido João Vicente; a tua mãe, a tua esposa, a teus filhos um abraço muito sincero. Eu fiquei fã da tua garra, da tua firmeza de ir avançar, ir adiante e viver este dia.

E, Sra. Presidente, eu digo com o maior respeito: foi um gesto muito bonito, de muita grandeza, de muito espírito público. V.Exa. após a sua assinatura, e a sua assinatura está dizendo: o Brasil é outro, é democrático, é libertário.

Obrigado, meus irmãos.

(O orador é cumprimentado. Palmas.)



JONAS PEREIRA/AGÊNCIA SENADO

Presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves, recebem a presidente Dilma Rousseff (*acima*) e a acompanham ao Plenário (*ao lado*); vice-presidente da República, Michel Temer, chega à solenidade (*abaixo*)



JONAS PEREIRA/AGÊNCIA SENADO



LIA DE PAULA/AGÊNCIA SENADO



Presidente Dilma (*acima*) e Michel Temer (*ao lado*) são recebidos por parlamentares no Congresso. Abaixo, Dilma encontra João Vicente Goulart, e Verônica Fialho, filho e nora de Jango, no Plenário do Senado





PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Acima, senador Pedro Simon cumprimenta Michel Temer; ao lado, ministro da Defesa, Celso Amorim, conversa com senador Jorge Viana; abaixo, Amorim conversa com Simon e senador Cristovam Buarque (E)



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



Acima, senadores Armando (E), Pimentel (2º à esq.) e Capiberibe (D); Abaixo, senadora Ana Amélia (D)





MOREIRA MARIZ/AGÊNCIA SENADO

Renan Calheiros conversa com Fafá de Belém, entre parlamentares e ministros, no Plenário do Senado



Acima, Renan (C), parlamentares e ministra Ideli; Abaixo, senador Inácio Arruda (E) e ministro Mercadante





PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Renan e Dilma momentos antes de começar a sessão especial. Abaixo, com Henrique Alves e Michel Temer



JONAS PEREIRA/AGÊNCIA SENADO



Fotógrafos e cinegrafistas apontam suas câmeras para registrar sessão histórica do Congresso Nacional





JONAS PEREIRA/AGÊNCIA SENADO

Plenário do Senado ficou lotado para acompanhar cerimônia que mobilizou o Congresso no final de 2013



JONAS PEREIRA/AGÊNCIA SENADO

Mesa da solenidade aguarda abertura da sessão histórica que devolveu mandato presidencial a Jango



Sessão teve minuto de silêncio em memória do senador João Ribeiro, que morreu no dia da solenidade





**Senador RANDOLFE
RODRIGUES**
PSOL/AM

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL)
- Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Exmo. Sr. Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional; Exma. Sra. Dilma Rousseff, Presidente da República Federativa do Brasil; Exmo. Sr. Michel Temer, Vice Presidente da República Federativa do Brasil, Exmo. Sr. Deputado Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados; Exmo. Senador Pedro Simon, companheiro que muito me honra por comigo assinar esta Resolução; cumprimento também o meu companheiro, Deputado Alessandro Molon; o meu querido companheiro João Vicente Goulart, representando a família Goulart nesta Mesa; cumprimento esta nossa poeta da liberdade, das Diretas Já, de todos os momentos da luta pela liberdade do povo brasileiro, Fafá de Belém; faço questão de cumprimentar a Ministra Maria do Rosário e, em seu nome, cumprimentar todos os Ministros de Estado aqui presentes, em especial pelos seus esforços pela restauração da memória, da verdade e da justiça.

Minhas senhoras, meus senhores, Ministros de Estado, autoridades presentes, a sessão de hoje é histórica e, permitam-me, de emoção por inúmeras e diferentes razões. Invariavelmente, a história nos mostra que, quando se esquecem dos erros cometidos no passado, os povos voltam a incorrer nos mesmos erros. Este é o significado primeiro do que nós estamos aqui a fazer.

Este ano de 2013, que antecede o ano de 2014, ano do cinquentenário do golpe de 1964, vai ser marcado pelas homenagens à figura de João Belchior Marques Goulart. E aqui, Presidente Dilma, há de se registrar, primei-

ro, o pedido de desculpas — é isso que tem de ser registrado — que o Estado brasileiro tem feito à figura do Presidente João Goulart, à família do Presidente João Goulart. Aqui há de ser registrado o que tem sido feito, primeiro, por parte do Governo brasileiro, nos esforços não somente para a exumação, na busca da verdade do que ocorreu com o Presidente João Goulart, mas também para recuperar as homenagens por ter sido ele o único Presidente da República do nosso País que, ao morrer, não recebeu as homenagens de Chefe de Estado e por ter sido ele o único Presidente da República da história do nosso País a falecer no exílio.

A essas homenagens que o Governo brasileiro prestou, se juntaram e se consolidam aqui, no dia de hoje, as homenagens do Parlamento brasileiro. Executivo e Legislativo se unem para prestar as devidas homenagens do Estado brasileiro ao Presidente mais popular da história deste País.

Aqui há de se registrar, primeiro, a história de João Goulart. Talvez, na história pública do País, não haja alguém com uma trajetória política tão curta, mas tão celebrada, quanto a de João Goulart. Em 14 anos, João Goulart foi Deputado Estadual, Secretário de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Ministro do Trabalho do Governo de Getúlio Vargas, Vice-Presidente da República eleito por duas vezes e Presidente da República Federativa do Brasil.

Como Ministro do Trabalho do Governo de Getúlio Vargas, reajustou em 100% o salário mínimo dos trabalhadores. Nunca na história nacional um Ministro do Trabalho ou um agente político teve a coragem de fazer isso. Ao ser colocado num dilema, pressionado pelas elites nacionais para escolher entre elas e os trabalhadores, João Goulart não titubeou: ficou ao lado dos trabalhadores, do povo, e renunciou ao Ministério do Trabalho durante o Governo de Getúlio Vargas.

A trajetória de João Goulart é marcada pela sua coerência, por ter estado sempre de um lado bem claro: o lado do povo brasileiro, o lado dos trabalhadores. Esta opção ficou clara e patente nos anos do exercício de sua vida pública.

Nenhum agente político, nenhum Presidente da República foi tão eleito quanto João Goulart. Ele foi eleito Vice-Presidente de Juscelino em 1956, com 500 mil votos — meio milhão de votos a mais do que o próprio Presidente da República. Foi reeleito Vice-Presidente da República — em uma época em que este era eleito em chapa separada do Presidente da República — de Jânio Quadros logo em seguida, mesmo sendo seu opositor naquela eleição. Foi conduzido ao poder político em 7 de setembro de 1961, não pelo voto, mas nos braços do povo brasileiro, numa das mais memoráveis campanhas civílicas da história nacional, a campanha da Rede da

Legalidade conduzida por Leonel Brizola. Como se não bastasse isso, em 1963, foi conduzido e reconduzido aos plenos poderes presidenciais por um plebiscito, com o apoio de 90% do povo brasileiro.

João Goulart, ao ser deposto dos seus poderes presidenciais em 1º de abril de 1964, tinha o apoio, segundo pesquisa IBOPE, de 80% do povo deste País. Não é à toa que telegrama do Embaixador norte-americano ao Presidente dos Estados Unidos, do dia 2 de abril de 1964, falava do significado daquele golpe. Dizia o Embaixador americano: “Sr. Presidente, os nossos aliados no Brasil sagram-se vitoriosos. No dia de hoje, na cidade de São Paulo, nossos aliados fazem a festa da vitória. Pena registrar que, na comemoração, só estão ausentes as camadas mais pobres da população”. Isso porque, naquele dia, as camadas mais pobres haviam sido derrotadas — e haviam sido derrotadas porque os mais pobres estavam ao lado do João Goulart, estavam ao lado dos trabalhadores do povo.

É injustiça também dizer que aquilo que os acontecimentos do dia 31 de março e da madrugada do dia 1º para o dia 2 de abril de 1964 foram orquestrados — abre aspas — “somente pelas forças militares deste País”. Que seja recomposta a verdade histórica: o que aconteceu de 31 de março para 1º de abril de 1964 foi um golpe daqueles setores que não queriam verdadeiramente que este País avançasse.

As forças que queriam que este País avançasse estavam manifestadas nos discursos de João Goulart de 13 de março de 1964. Naquele discurso, no famoso discurso da Central do Brasil, no discurso das reformas de base, estavam manifestas as aspirações para que o Brasil avançasse: as reformas de base; a reforma agrária; encampar as refinarias; a reforma educacional; erradicar o analfabetismo; as reformas progressistas para que este País fosse soberano e se desenvolvesse.

As verdadeiras forças responsáveis pelo golpe de 1964 foram as forças conservadoras, as elites conservadoras nacionais, aliadas ao capital estrangeiro, aliadas verdadeiramente aos interesses do imperialismo norte-americano. Em tom claro e alto, é bom que se diga quais foram as forças responsáveis.

As primeiras grandes vítimas do golpe de 1964 foram os militares: 7 mil militares foram cassados pelo golpe de 1964. Isso tem que ser dito porque é à verdade histórica que nos reportamos e é ela que tem que ser recomposta. Essa conciliação com os militares nacionais, que são defensores inclusive de nossas instituições, é necessário que seja feita para ser recomposta, inclusive, a verdadeira história.

O que está sendo feito com esta resolução, no dia histórico de hoje, é especial. Não é uma resolução contra ninguém, contra nenhuma instituição;

é fundamentalmente uma resolução a favor da história, a favor do Brasil, a favor, em especial, das gerações que virão.

Com a sessão que foi anulada, Presidente Renan Calheiros, nesta sessão do Congresso Nacional, V.Exa. passa para a história como antagonista ao Sr. Auro de Moura Andrade.

O Sr. Auro de Moura Andrade, na madrugada do dia 1º para o dia 2 de abril de 1964, declarou vaga a Presidência da República sem consultar o Congresso Nacional; sem consultar um Deputado sequer, sem consultar um Senador sequer. Ou melhor: ele o fez sob o protesto de Senadores, inclusive sob o protesto de um Senador, como já disse o Senador Pedro Simon, chamado Tancredo de Almeida Neves, que, aos gritos de "Canalha! Canalha!", protestava contra aquele ato de violência que era praticado.

A sessão do dia 1º de abril de 1964, que ora nós anulamos, ocorreu sem nenhuma deliberação do Congresso Nacional. Foi feita sob a força e sob o grito do Sr. Auro de Moura Andrade, e sob o protesto de Darcy Ribeiro, Chefe da Casa Civil do Presidente João Goulart, que dizia ter a prova incontestada de que o Presidente estava em território nacional.

Naquele dia, dizia Darcy Ribeiro, em ofício que foi lido no plenário do Congresso Nacional pelo 1º Secretário:

"O Sr. Presidente da República incumbiu-me de comunicar a V.Exas. que, em virtude dos acontecimentos nacionais das últimas horas, para preservar do esbulho criminoso o mandato que o povo lhe concedeu e investido na posição de chefe do Poder Executivo, decidiu viajar para o Rio Grande do Sul, onde se encontra à frente das tropas militares legalistas, no pleno exercício do poder constitucional de seu ministério."

Estava o Presidente João Goulart em território nacional, cumprindo, ou seja, no exercício do seu poder constitucional. As tropas legalistas, leais à Constituição, que prometeram cumprir a Constituição de 1946, sob o comando do General Ladário Teles, estavam lá em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, sob o comando do Presidente legal do Brasil. Estava lá o Presidente da República.

Desconheceu isso, naquele momento, o Presidente do Congresso Nacional, Auro de Moura Andrade! Desconheceu isso e, por não conhecer isso, declarou vaga naquele momento a Presidência da República.

Essa sessão foi, de um só ato, ilegal e ilegítima. O projeto de resolução que foi apresentado para anular essa sessão é a união de dois personagens, um deles o único com formação de historiador aqui do Senado, do Congresso

Nacional, se me permitam dizer — talvez a minha formação de historiador se una na Câmara dos Deputados à formação do meu companheiro Chico Alencar, que também é historiador. Pois bem, a união dos dois que apresentaram este projeto de resolução é a união de um historiador e da testemunha, o meu companheiro Pedro Simon.

Foi Pedro Simon testemunha dos acontecimentos de Porto Alegre. Estava ele lá, a assistir a chegada de João Goulart, os acontecimentos da residência do General Ladário Teles. Estava ele lá, a receber o corpo de João Goulart e a assistir a resistência heroica do povo de São Borja. Quando quiseram, sob as ordens do Governo, que fosse rapidamente sepultado João Goulart, no ano de 1976, foi o povo de São Borja, o carinhoso povo gaúcho, que tomou o ataúde de João Goulart pelas mãos, o sepultou e realizou o velório, a contragosto das forças do Governo naquele momento. Foi Pedro Simon testemunha de todos esses momentos.

Esta sessão é resultado da junção testemunha e historiador para desmascarar um ato leviano, naquele momento, do Congresso Nacional, que depôs um Presidente colocando em seu lugar um Presidente da Câmara. Uma semana depois, seriam nomeados três novos Ministros, que editaram uma sequência de atos institucionais, ilegais por excelência, inconstitucionais por excelência, que instauraram e inauguraram um período de ditadura da nossa história que não se justifica.

Os povos que não recuperam a sua memória voltam a incorrer, como já disse, nos mesmos erros do passado. Obviamente, a anulação dessa farsa do dia 1º de abril de 1964 não tem efeitos práticos sobre os males praticados pela ditadura; não repara a tortura, não repara os crimes, não repara tudo o que ocorreu ao longo de intermináveis 21 anos. Mas o que a resolução traz é o simbolismo de um resgate histórico.

Ao contrário do que alguns pensam, a humanidade se move pelos símbolos. Os símbolos nos unem, os símbolos nos dividem. Por alguma razão, os símbolos representam algo mais do que significativo na história humana.

Milhões de britânicos fazem 1 minuto de silêncio, às 11 horas, todo dia 11 de novembro. É uma homenagem aos 886 mil soldados do Reino Unido que tombaram na Primeira Guerra Mundial. Às 8h15min de cada 6 de agosto, milhões de japoneses se calam por 60 segundos para lembrar o que ocorreu em Hiroshima e em Nagasaki. Da mesma forma, milhões de habitantes de Israel cessam tudo às 11 horas de cada dia 27 de janeiro para lembrar os mortos da Segunda Guerra Mundial e a libertação de Auschwitz.

Não existe, nesses gestos, nessas manifestações, nenhuma intenção de-

magógica, nenhuma atitude pirotécnica, nenhuma inutilidade prática, como poderia alguém imaginar. Nenhum britânico, nenhum japonês, nenhum judeu será ressuscitado; nenhuma dor será apagada. Do mesmo modo, com o gesto que estamos fazendo hoje, não se compensa por tudo o que passou a família Goulart. E não foi pouco o que passou a família Goulart!

João Goulart, repito, foi o único Presidente a morrer fora do País e não receber honras de Chefe de Estado; a Bandeira Nacional não foi hasteada a meio-pau. As homenagens só ocorreram agora, 37 anos depois. Maria Thereza Goulart, a mais jovem e mais bela Primeira-Dama que este País já viu, não teve o direito de ver a sua mãe quando esta faleceu aqui, em 1969. Quando seu pai faleceu, em 1979, sequer ela teve, sob vigilância, o direito de entrar no Brasil.

Poucos brasileiros talvez tenham amado tanto o Brasil quanto João Goulart, e poucos brasileiros talvez tenham sofrido tanto por amar o Brasil quanto João Goulart! Poucos brasileiros talvez tenham sofrido tanto por amar o Brasil quanto essa família tenha sofrido!

O que estamos fazendo no dia de hoje não reparará a dor dessa família, mas é um gesto, e a história é feita de gestos, a história é feita de reparação, como diz a poesia de Chico Buarque:

“A História é um carro alegre
Cheio de um povo contente
Que atropela indiferente
Todo aquele que a negue”.

Aqueles que negaram a história, aqueles que romperam o ciclo rico e democrático da história nacional, de crescimento democrático próspero, o ciclo de crescimento econômico próspero dos anos 1960, pagam agora com o atropelamento da democracia. É isso o que significa.

Erra quem imagina que os símbolos são perda de tempo ou mero oportunismo político. Acertará quem acredita que pelos símbolos corretos se orienta e se eleva a consciência do mundo.

Exumar a verdade não é política para os mortos; é um compromisso perene dos que defendem, em todas as épocas a vida, dos quem defendem em todas as épocas, a liberdade.

O símbolo do dia de hoje é o símbolo de que a história venceu e de que a democracia jamais será apagada da memória dos povos, da memória do nosso País. (Palmas.)



"Ao ser deposto, João Goulart tinha 80% de apoio do povo", diz o senador Randolfe



Autor de proposta que permitiu reparação a Jango, Simon discursa e cumprimenta filho de João Goulart





PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

João Vicente Goulart se emociona ao receber de Renan diploma simbólico devolvendo mandato a Jango



JONAS PEREIRA/AGÊNCIA SENADO



Mesa aplaude resolução do Congresso Nacional para anular sessão que declarou vaga a Presidência em 1964



JONAS PEREIRA/AGÊNCIA SENADO

A emoção toma conta de amigos e familiares do ex-presidente da República deposto pelo golpe militar



JONAS PEREIRA/AGÊNCIA SENADO

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



JONAS PEREIRA/AGÊNCIA SENADO



JONAS PEREIRA/AGÊNCIA SENADO



Dilma abraça João Vicente, que recebeu o diploma de Renan e pronunciou discurso da tribuna do Plenário



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Integrantes da mesa e Plenário aplaudem apresentação do Hino Nacional pela cantora Fafá de Belém



MOREIRA MARIZ/AGÊNCIA SENADO



Fafá de Belém subiu à tribuna para interpretar o Hino Nacional: estilo marcante emocionou o Plenário



REPRODUÇÃO

Vários ministros do governo Dilma participaram da homenagem a João Goulart no Plenário do Senado



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



THAYRES FERREIRA



PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Solenidade também foi acompanhada pelos ministros militares do governo: general José Carlos de Nardi (Estado-Maior das Forças Armadas); general Enzo Martins Peri (Exército); tenente-brigadeiro do ar Juniti Saito (Aeronáutica); e almirante Júlio Soares de Moura Neto (Marinha)



NOME DO FOTOGRAFO/AGENCIA BRASIL

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL)
- Concedo a palavra ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados,
Deputado Henrique Eduardo Alves. (*Pausa.*)

Antes eu gostaria, Sr. Presidente Henrique Eduardo Alves, de registrar, com muita satisfação, as honrosas presenças do Ministro da Defesa, Exmo. Sr. Celso Amorim (*palmas*); do Ministro da Educação, Exmo. Sr. Aloizio Mercadante (*palmas*); da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Exma. Sra. Ideli Salvatti (*palmas*); da Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Exma. Sra. Maria do Rosário (*palmas*); do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Exmo. Sr. General de Exército José Carlos de Nardi (*palmas*); do Comandante da Marinha, Exmo. Sr. Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto (*palmas*); do Comandante do Exército; Exmo. Sr. General de Exército Enzo Martins Peri (*palmas*); do Comandante da Aeronáutica, Exmo. Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Juniti Saito (*palmas*); da nora do Presidente João Belchior Marques Goulart, Sra. Verônica Fialho (*palmas*); do Exmo. Sr. Embaixador do Equador, Horácio Sevilla-Borja (*palmas*); e do Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, Sr. Marcelo Pedroso, que representa, nesta oportunidade, a Exma. Sra. Ministra da Cultura, Senadora Marta Suplicy. (*Palmas.*)

**Presidente da Câmara dos
Deputados HENRIQUE
EDUARDO ALVES**
PMDB/RN



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL)
- Com a palavra o Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Henrique Eduardo Alves. PMDB/RN) - Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional; Excelentíssima Sra. Dilma Rousseff, Presidente da República Federativa do Brasil; Exmo. Sr. Michel Temer, Vice-Presidente da República; Exmo. Senador Pedro Simon, que nos brindou com um belo relato da história verdadeira deste País, primeiro signatário da Resolução do Congresso Nacional; signatário também da mesma forma, pela qualidade do seu pronunciamento, Senador Randolfe Rodrigues; nosso companheiro Deputado Federal Alessandro Molon; com muita honra me refiro ao filho do Presidente João Goulart, Sr. João Vicente Goulart; nossa querida cantora e intérprete da democracia brasileira, Fafá de Belém; Ministra Maria do Rosário; Ministro Celso Amorim, em nome de quem quero aqui me referir a tantos Ministros que aqui nos honram com as suas presenças na tarde de hoje; Srs. Parlamentares da Câmara e do Senado; membros da imprensa aqui presentes; meus senhores, minhas senhoras, nesta sessão solene de devolução simbólica do mandato presidencial a João Belchior Marques Goulart, o Poder Legislativo Federal protagoniza ação bastante emblemática, operando a restituição do mandato usurpado na madrugada de 2 de abril de 1964.

No presente momento histórico, por definição, destinado a ser lembrado para sempre, o Congresso Nacional anula aquela sessão e, em consequência, restitui o mandato ao Presidente João Goulart.

Este mesmo Congresso, em dezembro do ano passado, devolveu também de modo simbólico o mandato aos 173 Parlamentares, apenas 18

deles ainda vivos, cassados pelo mesmo processo.

Ao se reconhecer o cometimento de algum erro, entende-se a tentativa de repará-lo, embora isso nem sempre seja possível. Nesta oportunidade, e sem o menor resquício de pretensões menores ou vingativas, impõe-se o imperativo de informar às novas gerações o que, de fato, aconteceu no Brasil em 1964, senão o desconhecimento do passado irá configurar passaporte carimbado para a sua melancólica repetição.

E, para além do mero conhecimento dos acontecimentos históricos, é mister que dele resultem profundas e abalizadas reflexões, capazes de plantar a semente de um futuro notadamente justo e legitimamente produtivo.

O Congresso Nacional, formado por representantes do povo brasileiro, constitui microcosmo da Nação brasileira, pois reúne pessoas, sempre sujeitas a erros, como os demais cidadãos. E, ao decidir fazer mea-culpa, tendo sempre como alvo principal o bem dos brasileiros, a instituição não apenas inscreve na história nacional, mas também personifica atitude de compromisso com a verdade dos fatos, não com uma interpretação — em especial, tendenciosa — que se possa fazer deles.

Equívocou-se a maioria do Congresso Nacional há 49 anos ao casar o mandato do então Presidente João Goulart? É claro que sim. Tanto que aqui estamos, o Parlamento brasileiro, devolvendo-lhe o mandato de modo simbólico, infelizmente *post mortem*. Não nos fixemos, todavia, meus senhores e minhas senhoras, nos então adversários do regime democrático. Postemos nossos olhos em João Goulart, que, no exercício do cargo de primeiro mandatário da República, por dever constitucional, tentou reunir apoios visando à manutenção do Estado de Direito, como era o seu dever.

É evidente que, respeitando o princípio da liberdade de pensamento e expressão, críticas podem ser levantadas acerca do seu desempenho, melhor ou não tanto, muito breve à frente do País. No entanto, a supressão do mandato que lhe fora conferido por meio do voto popular jamais poderia ter ocorrido, afirmação comprovada pelos longos e sombrios anos que em seguida recaíram sobre o Brasil.

O Congresso Nacional oferece à sociedade, neste preito, a oportunidade de resgate da cidadania em seu mais alto grau, qual seja por meio de chancela que respeita o voto soberano do povo brasileiro.

João Goulart faleceu em 6 de dezembro de 1976, tendo recebido honrarias apenas dos habitantes de sua cidade natal, postura ousadamente contrária às ordens, na ocasião, de que não houvesse cortejo, tampouco

homenagens.

Passados exatos 37 anos, depois de ter sido exumado para atender a investigações da Comissão Nacional da Verdade, seu corpo voltou à sul-rio-grandense São Borja, onde recebeu honras de Chefe de Estado na cerimônia de reenumeração.

E no dia de hoje o Parlamento brasileiro restaura a João Goulart o lugar que sempre lhe foi devido: a galeria dos Presidentes do Brasil, mas não mais sob a pecha da cassação — nunca mais!

Meus senhores, minhas senhoras, em nome da Câmara dos Deputados do Brasil, as nossas desculpas pelo acontecido e, hoje, em nome dela também, a nossa alegria pelo momento hoje irreversível da democracia brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Apresentação de vídeo-documetário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL)
- Vamos, agora, assistir ao vídeo produzido pela TV Senado em homenagem ao Presidente João Goulart. É um vídeo de apenas 4 minutos.

(Exibição de vídeo.)



Anúncio da Resolução nº 4 de 2013

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL)
- Faço saber que o Congresso Nacional aprovou e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo a Resolução nº 4, de 2013, do Congresso Nacional.

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2013-CN

Torna nula a declaração de vacância da Presidência da República efetuada pelo Presidente do Congresso Nacional durante a segunda sessão conjunta de 2 de abril de 1964.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º Declarar nula a declaração de vacância da Presidência da República exarada pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador Auro de Moura Andrade, na segunda sessão conjunta, da quinta legislatura do Congresso Nacional, realizada em 2 de abril de 1964.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Congresso Nacional, em 28 de novembro de 2013.

(Palmas prolongadas.)

Entrega do diploma presidencial

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL)
- Convido todos os integrantes da Mesa a nos posicionarmos à frente da mesa para a entrega do Diploma de Presidente da República, simbólico, de João Goulart a seu filho João Vicente Goulart. (Pausa.)

(Procede-se à entrega do Diploma.)

(O Plenário, de pé, aplaude demoradamente.)

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO



Hino Nacional com Fafá de Belém

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL)
- Convido todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional, que será interpretado por Fafá de Belém.

(É entoado o Hino Nacional.) (Palmas.)

JOÃO VICENTE GOULART
Filho do Presidente
João Goulart



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL)
- Concedo a palavra a João Vicente Goulart, filho do Presidente João Goulart.

O SR. JOÃO VICENTE GOULART - Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, Exma. Sra. Presidente da República, Dilma Rousseff, Exmo. Sr. Vice-Presidente, Michel Temer, Exmo. Sr. Deputado Federal Henrique Eduardo Alves, Presidente da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Senador e amigo Pedro Simon; Exmo. Sr. Senador Randolfe Rodrigues, executores do projeto que nos trouxe a este momento; Exmo. Sr. Deputado Alessandro Molon; minha caríssima Fafá de Belém.

Srs. Senadores, Srs. Ministros, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, quero, neste momento de profunda emoção, transmitir a V.Exas., representantes do povo brasileiro, nossos agradecimentos, em nome da minha família e do Instituto Presidente João Goulart, por esta sessão do Congresso Nacional, patrocinada pelos legítimos representantes da Nação e das aspirações de nosso povo, em que se faz a devolução simbólica do mandato de Presidente da República ao meu pai, João Goulart, injustamente cassado no golpe civil-militar de abril de 1964.

Agradeço também à Presidente Dilma Rousseff, ao seu Governo e ao seu *staff* por este momento histórico que o Brasil vive de recuperação e restauração da memória nacional — faço menção, principalmente, à instalação da Comissão da Verdade, à Secretaria de Direitos Humanos, hoje sob os cuidados da nossa Ministra Maria do Rosário, que nos tem acompanhado nesse difícil momento da exumação dos restos mortais do Presidente João Goulart. É muito importante uma Nação reencontrar-se com a sua história.

Quase 50 anos depois da fatídica madrugada de 2 de abril, em que este Congresso, por duas vezes presidido por Jango, de forma ilegal, em sessão que envergonhou o Legislativo da Nação, declarou vaga a Presidência da República com o Chefe da Nação dentro do território nacional, legalizando, desse modo, um golpe perpetrado não contra Jango, mas, contra as reformas de base que o Presidente João Goulart enviou ao Congresso Nacional na sua mensagem de 1964. Tais reformas, sem dúvida, beneficiariam as camadas menos favorecidas, promoveriam um desenvolvimento econômico mais justo, mais soberano e mais brasileiro.

Esta sessão, Presidente Renan Calheiros, demonstra que a verdadeira história se escreve não somente pelo tempo de vida de um homem, mas pelo tempo de Deus e do exercício da tenacidade da verdade.

Agradecemos aos Srs. Senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Simon a iniciativa que levou à anulação da sessão de 2 de abril de 1964 para reparar, no dia de hoje, a injustiça praticada com a cassação de Jango, mas para reparar também a triste mancha e o equívoco cometido pelo Parlamento brasileiro ao legalizar a ditadura e concordar implicitamente com a ruptura institucional da Pátria e a instalação do Estado de exceção.

Sra. Presidente da República, Srs. Senadores, Srs. Deputados, repito: aquele golpe não foi praticado contra Jango, mas contra as suas propostas de reforma de base, que dariam sustentação e desenvolvimento aos mais marginalizados de nossa sociedade, que estavam longe das riquezas nacionais, e trariam oportunidades aos menos favorecidos, rompendo, de certa forma, o *apartheid* socioeconômico estabelecido na sociedade brasileira entre os que muito tinham e os que pouco acesso tinham à economia nacional, aos privilégios bancários, tributários e judiciais que a Nação, naquele momento, outorgava às elites.

Há 50 anos, precisávamos reformar o Estado brasileiro para avançar no desenvolvimento do País.

Ainda hoje essa reforma do Estado brasileiro é necessária para que continuemos avançando.

Ainda hoje necessitamos de uma reforma agrária solidária, que abrigue a agricultura familiar nos mesmos moldes da agricultura da monocultura e das *commodities*, que têm os privilégios do nosso sistema creditício e do desenvolvimento da agricultura brasileira.

Ainda hoje necessitamos de uma reforma tributária profunda, que torne o nosso sistema tributário mais justo e solidário, tomando como base de incidência de tributos também o patrimônio, e não somente os ganhos

mensais dos assalariados brasileiros.

Ainda hoje necessitamos de uma educação de base de tempo integral para nossas crianças e a destinação, como Jango fez na época, de 12% do Orçamento da Nação para a educação de base, para que possamos avançar e promover o de desenvolvimento do País.

Ainda hoje precisamos de uma reforma política profunda, para fazer de nossos Parlamentares representantes dignos e admirados pela população que vota e espera dignidade no exercício do mandato.

Presidente Dilma, necessitamos — quem sabe? —, daquele plebiscito para discutir profundamente a reforma político-eleitoral de que a Nação tanto precisa. (*Palmas.*)

Srs. Senadores, Srs. Deputados, é preciso avançar.

Ainda hoje precisamos fazer a reforma do Estado com que sonham os brasileiros — a reforma da justiça social, a reforma do fim dos privilégios econômicos, jurídicos, políticos, que já saturaram por completo a paciência da sociedade brasileira.

Ainda hoje temos que nos lembrar daqueles que, para que aqui estejamos democraticamente, tombaram no difícil caminho da restauração democrática. É necessário que haja equilíbrio e vontade de avançar sempre, com dignidade, concórdia, harmonia. E que tenhamos sempre a memória do respeito aos caídos nesse caminho.

A história de Jango hoje se coloca acima dos partidos políticos e torna-se, com este ato do Congresso brasileiro, parte da Nação brasileira. Olhamos hoje a sua figura e as suas propostas como um prisma entre as lutas sociais do passado e o futuro da Nação brasileira.

Sem ódios nem ressentimentos, devemos olhar a luz que emerge desse prisma e caminhar com propostas rumo ao futuro do Brasil.

Jango hoje parte como homem. Fica o Jango das reformas de base. Fica o Brasil unido na concórdia e na reflexão da história.

Obrigado, Sra. Presidente. Obrigado, Srs. Deputados. Obrigado, Srs. Senadores.

Mais uma vez, repito as palavras que disse quando me despedi pela segunda vez, em São Borja, de meu pai: “*Jango, a democracia venceu!*”.

**Presidente do Senado
Federal RENAN
CALHEIROS**
PMDB/AL



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL.)
- Exma. Senhora Presidente da República, Dilma Rousseff; Exmo. Vice-Presidente da República, Michel Temer; Exmo. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Henrique Eduardo Alves; primeiro signatário da Resolução do Congresso Nacional nº 4, de 2013, Exmo. Senador Pedro Simon, muito obrigado pela oportunidade que V.Exa. concede ao Congresso Nacional e ao povo brasileiro; signatário da Resolução do Congresso Nacional nº 4, Exmo. Senador Randolfe Rodrigues; Exmo. Sr. Deputado Federal Alessandro Molon, muito obrigado pela mobilização que o senhor fez em todos os momentos para que essa Resolução fosse aprovada; João Vicente Goulart, filho de João Belchior Marques Goulart; Fafá de Belém, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Srs. Ministros, Sras. Ministras, o Congresso Nacional não deve recusar ou fugir de suas obrigações institucionais, ainda que elas impliquem um revisionismo histórico eventualmente constrangedor para alguns poucos.

Repór a verdade, sempre que necessário, foi o que fizemos este ano, por iniciativa do Senador Inácio Arruda, quando revogamos a decisão da Mesa Diretora do Senado de 9 de janeiro de 1948, que arbitrariamente havia cassado o mandato de Luis Carlos Prestes e de seu suplente, Abel Chermont. Ainda que simbólica e tardiamente, o mandato popular foi restituído ao seu único e legítimo detentor, após 55 anos de um silêncio institucional indefensável.

Agora novamente. Em sessão memorável, na madrugada do último 21 de novembro, a maioria de Deputados e Senadores chancelou o projeto de resolução dos ilustres Senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Simon, que, objetivamente, nos reconcilia com a verdade ao apagar uma nódoa da história brasileira.

Anular a sessão do dia 1º de abril — madrugada do dia 1º para o dia 2 de abril — de 1964, na qual foi declarado vago o cargo de Presidente da República, quando João Goulart ainda estava em solo brasileiro tentando resistir ao movimento junto com o 3º Exército e sua equipe de Governo, representa, além de justiça, a exumação da própria história brasileira.

Estamos recusando a falsidade que perdurou por 49 anos e nos reencontrando oficialmente com a verdade. Afinal, a mentira é tão nociva à verdade quanto o silêncio.

Estamos declarando que João Goulart não era um fugitivo, mas uma vítima que tentou resistir ao movimento militar que fechou o Congresso Nacional por três oportunidades.

Não podemos nem pretendemos — claro — retroagir ou retroceder no tempo. Igualmente, não estamos manufaturando uma nova história, reescrevendo-a ao nosso gosto ou apagando os fatos vergonhosos da vida nacional.

A versão, aquela dos vitoriosos de momento, não se confunde com a história. A versão calçada na mentira é efêmera e inconsistente. Já a verdade é eterna e sólida.

Derrubar a versão sabidamente ardilosa representa o nosso reencontro com a verdade, base de toda democracia, que reiteradas vezes foi soterrada pelo mesmo autoritarismo que depôs João Goulart. Amparo-me, para tanto, no eterno ensinamento do poeta: *“A verdade é filha do tempo, não da autoridade”*.

Anular aquela sessão sem apagá-la da memória é reconhecer que João Goulart foi deposto, é afirmar que ele foi vítima do autoritarismo, da ilegalidade. É, igualmente, uma desculpa histórica que o Congresso Nacional deve ao País — isso aqui já foi dito pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves —, aos seus cidadãos, ao Presidente João Goulart e a sua família.

Não podemos revogar muitas das páginas pálidas da nossa história, mas sempre devemos reformá-las a fim de iluminar as futuras gerações do País no respeito à verdade, que é um dos pilares da democracia; iluminar como fez o Congresso Nacional naquela noite, cujas luzes acesas denunciavam o andamento do golpe pela via do Legislativo, mesmo após a leitura da carta afirmando que João Goulart estava em território nacional, carta essa redigida pelo inesquecível Senador Darcy Ribeiro, então Chefe da Casa Civil. O documento informava que o Chefe da Nação, no Rio Grande do Sul, encontrava-se *“em pleno exercício de seus poderes constitucionais”*.

Mesmo assim, à revelia da Lei e do Regimento, às 3h45min da madrugada de 2 de abril, acompanhado do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Álvaro Ribeiro da Costa, o Presidente do Congresso Nacional, Auro de Moura Andrade, deu posse ao Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, que ficou no cargo menos de 2 semanas, até a consumação do movimento.

A história da história não tem ponto final, especialmente se foi forjada na falsidade e, nesse caso, precisar ser reescrita. Se não podemos revogar páginas da nossa história, podemos e devemos revogar a máxima de Goebbels que *“de tanto se repetir uma mentira, ela acaba se transformando em verdade”*.

Senhoras e senhores, a verdade é a essência da democracia. Por isso a exumação do corpo do Presidente João Goulart, do qual estamos sempre nos despedindo; por isso a Comissão da Verdade, oportunamente criada pela Presidente Dilma Rousseff para levar adiante a arqueologia da nossa verdadeira história. Também por essa iniciativa, que certamente irá contribuir para tornar nossa história recente menos opaca, é que gostaria de cumprimentar a Presidente Dilma Rousseff. Tudo isso — a exumação, a Comissão da Verdade, o cancelamento da sessão, o resgate histórico — é porque não se constroem homens e nações erguidos sobre mentiras.

Como Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, em nome da instituição, peço desculpas pela inverdade patrocinada pelo Estado brasileiro, com a participação do Legislativo e do Judiciário, contra um ilustre brasileiro, nacionalista, patriota e reformista, que talvez tenha conseguido, ao longo da história do Brasil, reunir uma das melhores equipes de governo de todos os tempos.

Antes de encerrar, vou também entregar ao João Vicente Goulart todos os termos de posse no Congresso Nacional, uma cópia dos compromissos prestados perante este Congresso por João Goulart e uma réplica do diploma emitido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Muito obrigado a todos pela presença. Muito obrigado, mais uma vez, à Presidente Dilma, ao Vice-Presidente Michel Temer, ao Presidente da Câmara dos Deputados, aos Deputados, aos Senadores e aos Ministros pela presença neste dia histórico para o Parlamento e muito histórico para o Brasil.

Muito obrigado a todos.
Está encerrada a sessão. (*Palmas.*)

(*Levanta-se a sessão às 17 horas e 18 minutos.*)



Renan Calheiros abraça João Vicente Goulart, filho de Jango, logo após o encerramento da solenidade

Expediente

**Diretor da Secretaria de
Comunicação Social:**
Davi Emerich

**Coordenador do
Jornal do Senado:**
Flávio Faria

Preparação de originais:
Secretaria-Geral da Mesa

Projeto gráfico:
Coordenação de
Criação e Marketing

Edição:
Silvio Burle

Diagramação:
Sandro Alex

Tratamento de imagem:
Edmilson Figueiredo

Impressão:
Secretaria Especial de
Editoração e Publicações

Fevereiro/2014

